Resolução Ad Referendum nº 001/Conselho Superior/25/08/2009
Órgão Emissor: Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense

Ementa: Dispõe sobre a criação, trâmite e critérios de análise e aprovação dos Projetos de Criação de Cursos Superiores (PCCS) e Projetos Pedagógicos de Cursos Superiores (PPCS) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.

O Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, nomeado pela Portaria Ministerial nº 45 de 07 de janeiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 08 de janeiro de 2009 e Termo de Posse datado de 29/01/2009, no uso de suas atribuições, como Presidente do Conselho Superior desse Instituto, resolve, ad referendum:

Fixar critérios de criação, trâmite, análise e aprovação dos Projetos de Criação de Cursos Superiores e Projetos Pedagógicos de Cursos Superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.

CAPITULO I

DAS DEFINIÇÕES

Art. 1º - Entende-se por cursos superiores novos o curso ofertado pela primeira vez na instituição.

Parágrafo único – o curso já ofertado na instituição, mas proposto para ser criado em outro campus, núcleo avançado ou pólo seguirá o projeto pedagógico do instituto.

Art. 2º - A criação dos cursos superiores no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense passará por duas etapas:

I – Elaboração do Projeto de Criação de Curso Superior (PCCS).

II- Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso (PPCS).

§ 1º- O Projeto Pedagógico do Curso Superior deverá estar em consonância com o regimento do Instituto.
§2° - O Projeto Pedagógico de Curso Superior (PPCS) deverá ser elaborado antes de o curso ser implantado e após a aprovação do Projeto de Criação de Curso Superior (PCCS).

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA DOS PROJETOS

Art. 3° - O Projeto de Criação de Curso Superior (PCCS) deverá seguir a estrutura constante no Anexo I.

Art. 4° - O Projeto Pedagógico de Curso Superior (PPCS) deverá seguir a estrutura constante no Anexo II.

CAPÍTULO III

DO PROJETO DE CRIAÇÃO

Seção I

TRÂMITE

Art. 5° - Os projetos apresentados pelos campi deverão seguir o seguinte trâmite:

I - O Diretor Geral do Campus solicita através de ofício ao Colégio de Dirigentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense a criação de um curso superior com base nas demandas loco-regionais, e com um mínimo de 6 (seis) meses de antecedência a implantação do curso.

II - Uma vez autorizado pelo Colégio de Dirigentes, a Pró-Reitoria de Ensino instala uma Comissão de Criação multicampi, através de portaria.

Parágrafo único - A Comissão deverá ser composta por um membro da Pró-Reitoria de Ensino e por, no mínimo, 2 (dois) servidores docentes da área técnica e/ou técnicos do(s) campus / campi proponente(s), que atuam na área.

III - A comissão constituída elabora o Projeto de Criação de Curso Superior, conforme o art 3° da presente resolução.

IV - A Comissão de Criação deverá encaminhar o projeto à Pró - Reitoria de Ensino, através de ofício, para os demais procedimentos estabelecidos nesta resolução.
Seção II
DA AVALIAÇÃO DO PCCS

Art 6º - A Pró-Reitoria de Ensino constituirá uma comissão para análise do Projeto de Criação de Curso Superior com a finalidade de subsidiar o Conselho de Diregentes na avaliação do referido projeto.

§ 1º - A Comissão de Análise deverá ser composta por um membro da Pró-Reitoria de Ensino e por, no mínimo, 2 (dois) servidores docentes e/ou técnicos que atuam na área e que não tenham feito parte da Comissão de Criação.

§ 2º - A Comissão de Análise será constituída por docentes ou técnicos previamente cadastrados em um banco de avaliadores do Instituto Federal Catarinense.

Art. 7º - A Comissão de Análise deverá:

I - Utilizar o Instrumento de Análise e Avaliação para Projetos de Criação de Curso Superiores (Anexo III);

II - Observar a Legislação Nacional Vigente;

III - Observar a organização didática e as respectivas regulamentações e orientações para elaboração de projetos na modalidade educacional do referido curso;

IV - Analisar e avaliar se a infra-estrutura humana (docentes e técnicos administrativos), física e equipamentos disponibilizados aos professores e alunos do curso atendem aos quesitos mínimos estabelecidos no Instrumento de avaliação para reconhecimento do curso pelo MEC;

V - Verificar se a Biblioteca do campus proponente do curso está em consonância com as normas estabelecidas pelo MEC;

VI - Analisar a viabilidade de implantação do projeto quanto aos recursos financeiros e cronograma físico e financeiro do projeto.
Seção III
DA APROVAÇÃO

Art 8º - Os projetos poderão ser recomendados ou recomendados com restrições.

I – Se o projeto for recomendado pela Comissão de Análise, esta emitirá um parecer sobre o projeto e encaminhará à Pró-Reitoria de Ensino que apreciará o pleito e submeterá o parecer ao Conselho Superior.

II – Se o projeto for recomendado com restrições referentes aos itens pedagógicos do instrumento de avaliação (anexo III), a Comissão de Análise emitirá um parecer com as considerações e indicações de ajustes do projeto e encaminhará à Comissão de Criação de Curso Superior para as devidas correções e posterior devolução dentro dos prazos estabelecidos pela Comissão de Análise.

III – Se o projeto for recomendado com restrições no que se refere aos itens de infra-estrutura humana e física do instrumento de avaliação (anexo III), a Comissão de Análise emitirá um parecer com as considerações e indicações de ajustes do projeto e o encaminhará ao Conselho Superior para apreciação.

Art 9º - Para aprovação do projeto o Conselho Superior considerará o parecer do relator, e a infra-estrutura atual e a necessária para viabilização do funcionamento do curso conforme item IV do art 7º.

CAPÍTULO IV
DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

Art. 10 - Após a aprovação do PCCS, a Comissão de Criação do Curso Superior deverá encaminhar o PCCS num prazo de 30 dias à Pró-Reitoria de Ensino que o submeterá à mesma Comissão de Análise do Projeto de Criação.
Seção I

DA AVALIAÇÃO DO PPCS

Art. 11 - A Comissão de Análise deverá:

I – Utilizar o Instrumento de Análise e Avaliação para Projetos Pedagógicos de Curso Superiores. (Anexo IV).

II - Observar a legislação nacional vigente.

III – Observar a organização didática e as respectivas regulamentações e orientações para elaboração de projetos na modalidade educacional de curso.

IV – Analisar e avaliar se a infra-estrutura humana (docentes e técnicos administrativos), física e equipamentos disponibilizados aos professores e alunos do curso atendem aos quesitos mínimos estabelecidos no Instrumento de avaliação para reconhecimento do curso pelo MEC.

V - Verificar se Biblioteca do campus proponente do curso está em consonância com as normas estabelecidas pelo MEC.

Seção II

DA APROVAÇÃO DO PPCS

Art. 12 - Os projetos poderão ser recomendados ou recomendados com restrições.

I – Se o Projeto Pedagógico de Curso Superior for recomendado pela Comissão, esta emitirá um parecer sobre o projeto e o encaminhará à Pró-Reitoria de Ensino, que apreciará o pleito e o encaminhará ao Conselho Superior.

II – Se o Projeto Pedagógico de Curso Superior for recomendado com restrições referentes aos itens pedagógicos do instrumento de avaliação (anexo IV), a Comissão de Análise emitirá um parecer com as considerações e indicações de ajustes do projeto e o encaminhará à Comissão de Criação de Curso Superior para as devidas correções e posterior devolução dentro dos prazos estabelecidos pela Comissão de Análise.
III – Se o Projeto Pedagógico de Curso Superior for recomendado com restrições no que se refere aos itens de infra-estrutura humana e física do instrumento de avaliação (anexo IV), a Comissão de Análise emitirá um parecer com as considerações e indicações de ajustes do projeto e o encaminhará ao Conselho Superior para apreciação.

Art. 13 - Para aprovação do Projeto Pedagógico de Curso Superior o Conselho Superior considerará o parecer do relator e a infra-estrutura atual e a necessária para viabilização do funcionamento do curso, conforme item IV do art. 11.

CAPITULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 14 – Os casos omissos serão decididos pelo Conselho Superior.

Art. 15 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC) 25 de agosto de 2009.

Claudio Adalberto Koller
Reitor
Presidente do Conselho Superior